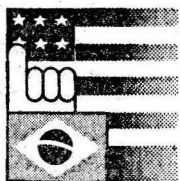


Collor obtém apoio para negociar dívida

EUA declaram ajuda ao Brasil nos entendimentos com FMI e os credores oficiais e privados

PAULO SOTERO
Correspondente



WASHINGTON — O presidente Fernando Collor parece ter alcançado o objetivo político imediato de

sua viagem aos Estados Unidos durante o café da manhã, ontem, na Blair House, com o comando da área econômica do governo americano. Ao sair do encontro, o secretário do Tesouro, Nicholas Brady, classificou a conversa de "muito útil", disse que Collor tem uma "compreensão real da situação das finanças internacionais" e ressaltou o desejo de Washington de apoiá-lo nas negociações da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional, os bancos e os credores oficiais. "O presidente fez uma apresentação forte em nome do Brasil e nós a recebemos muito bem", afirmou Brady. "Ele disse que o governo vai começar as negociações da dívida logo e acredita que elas terão sucesso", acrescentou. "É claro que estamos dispostos a ajudar."

Ainda é cedo para saber como essa disposição se manifestará de forma concreta. Mas é certo que a conversa serviu para a equipe econômica brasileira exibir uma nova e mais pragmática posição do País diante da questão da dívida, que alterou a atitude americana. O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, que deveria ter regressado a Brasília com Collor, ontem à noite, ficou nos EUA para acelerar e aprofundar as discussões com o Tesouro.

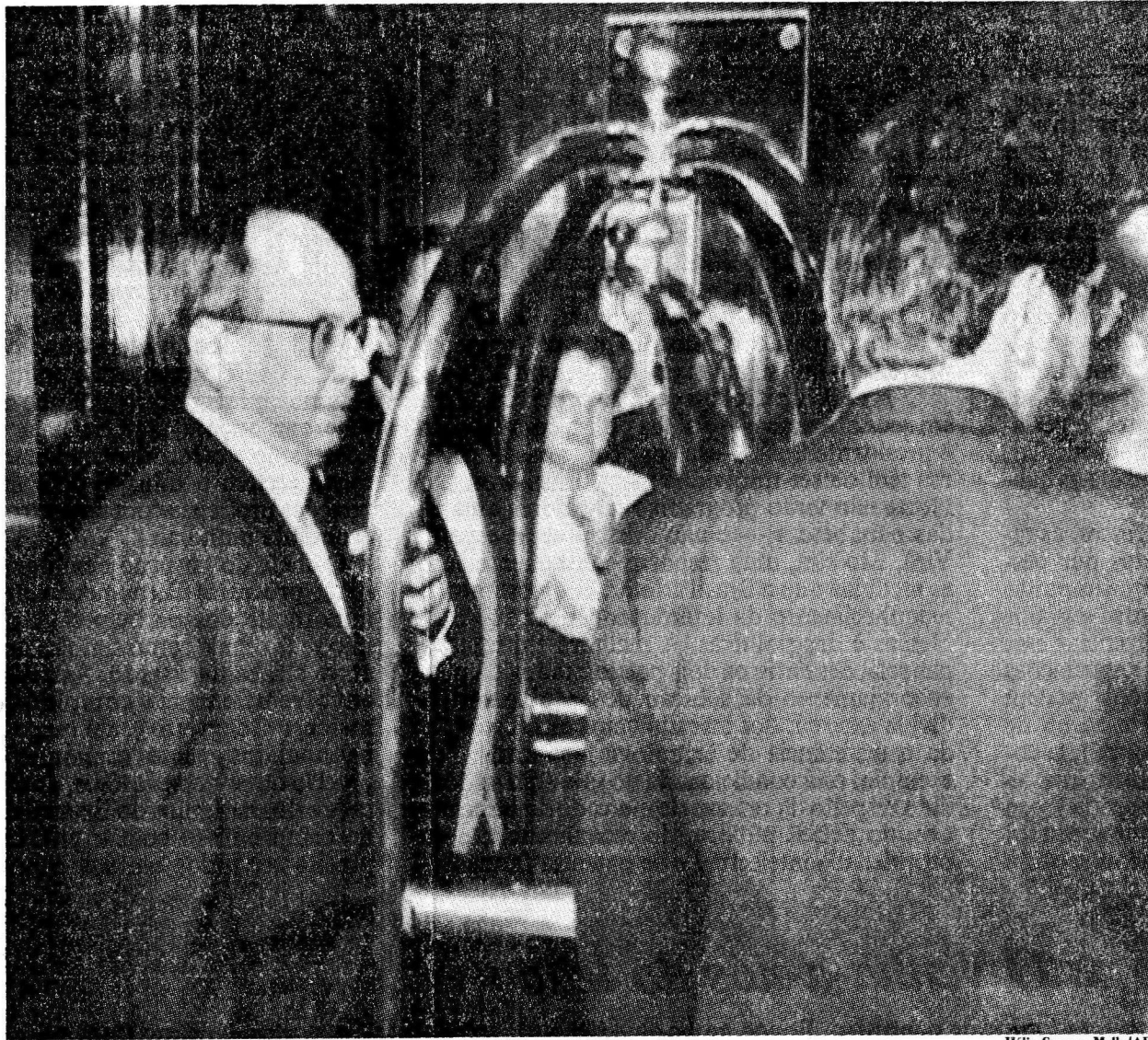
O comitê de bancos, paralelamente, elogiou ontem a aprovação pelo Senado do acordo sobre os juros atrasados acumulados até o ano passado. "É outro passo importante para restaurar as boas relações do Brasil com a comunidade financeira internacional", disse num comunicado William Rhodes, o líder do comitê. A partir de 1º de julho, quando o Brasil deverá fazer um pagamento de juros de US\$ 900 milhões, representantes do governo e do comitê visitarão os principais centros financeiros mundiais para expor o acordo.

Na quarta-feira, Marcílio disse que objetivo imediato do governo é iniciar a negociação de

um acordo ampliado com o FMI, pelo qual o País pretende executar uma política consistente de ajustamento, sem choques, ao longo de 3 anos, e receber um total de cerca de US\$ 6 bilhões. Parte desses recursos financiará as garantias que o País terá de oferecer aos credores em troca de acordo de redução da dívida, com o Plano Brady.

A primeira dificuldade será convencer o FMI a entrar num programa ampliado com o Brasil, um país com um histórico pouco exemplar no cumprimento de acordos com a instituição e que deve enfrentar enormes dificuldades nos próximos meses para manter a disciplina fiscal e monetária. Vem daí a importância do apoio político dos EUA nas negociações. Nos últimos anos, o Fundo limitou arranjos ampliados aos governos que provaram sua capacidade de perseverar nas políticas de austeridade fixadas em acordo tipo stand by, de um ano de duração, e mobilizaram forte apoio político nos países industrializados.

Não será por falta de vontade do governo brasileiro de jogar de acordo com as regras do jogo que não haverá entendimento. Segundo o chanceler Francisco Rezek, que participou do café da manhã com Collor, as diferenças entre Brasília e Washington sobre o conceito de "capacidade de pagamento" da dívida foram discutidas e desapareceram. "O ministro Marcílio explicou que a capacidade de pagamento é um conceito extremamente dinâmico, que deve ser revisado a cada dia", disse Rezek. "Nesse ponto, a posição americana é a mesma." Os limites de quanto o País poderá pagar não são mais o único nem o principal critério que move o governo, explicou o chanceler. O presidente Collor encerrou sua visita oficial de quatro dias aos EUA, ontem, satisfeito com o restabelecimento do clima positivo no diálogo entre os dois países. Mas deixou Washington sem ilusões quanto ao apoio que pode esperar do governo americano. "Não vim pedir nada e ninguém me prometeu nada", disse Collor, na noite de quarta-feira, depois de um jantar com empresários. "Nós não somos poloneses", refletiu sobre o resultado da viagem, para dizer que o Brasil não deve esperar dos EUA e dos demais países industrializados o mesmo tipo de ajuda recebido pelo governo de Varsóvia. "Temos de criar, no Brasil, as condições para superar os nossos problemas." Pela manhã, Collor viajou para Nova York, de onde embarcou à noite para o Brasil.



Hélio Campos Mello/AE

Marcílio: "Collor pode pegar o telefone e chamar Bush a qualquer momento"